



Linguagem e ação nas relações públicas comunitárias (políticas do cotidiano)

*Language and action in the community public relations
(politics of everyday life)*

Celsi Brönstrup Silvestrin^[a], Jair Antonio de Oliveira^[b]

^[a] Professora Doutora do PPGCOM da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR - Brasil, e-mail: celsi@matrix.com.br

^[b] Professor Doutor do PPGCOM da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR - Brasil, e-mail: jairlive.compaq@uol.com.br

Resumo

O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre a práxis da linguagem nas relações públicas comunitárias a partir de uma perspectiva pragmática linguística, ou seja: a partir de uma consideração de língua(gem) enquanto sistema simbólico que existe em/nas práticas sociais de seus usuários e com o qual podemos intencionalmente “criar realidades” e intervir no cotidiano individual e coletivo das pessoas a fim de “dizer criativamente o mundo”. Especificadamente, investigar como a língua(gem) que o relações públicas emprega para “dizer as coisas aos outros” deve ser entendida como uma manifestação de crenças e, portanto, como comportamentos valorativos e políticos com potencial (efeitos) para organizar, gerir e transformar o contexto existencial das pessoas em diferentes comunidades. Os resultados irão demonstrar que a metáfora “cooperação” é essencial ao processo de escolhas linguísticas, desde que o termo não seja “descontextualizado” em cada situação.

Palavras-chave: Relações públicas comunitárias. Política. Linguagem. Pragmática.

Abstract

The aim of this paper is to reflect on the language praxis in the community public relations from the perspective of Pragmatic Linguistics, it means: from a consideration of language as a symbolic system that exists in social practices

of its users and with which we can intentionally "create realities" and intervene in the daily lives of people, both individually and collectively, in order to "tell the world creatively." Specifically, investigate how the language the public relation professional uses to "say things to the others" should be understood as a manifestation of beliefs and, therefore, as political and evaluative behaviors with potential (effects) to organize, manage and transform the existential context of people in different communities. The results will demonstrate that the "cooperation" metaphor is essential to the processing of linguistic choices since the term is not "decontextualized" in every situation.

Keywords: *Community Public Relations. Politics. Language. Pragmatics.*

Relações públicas comunitárias

No Brasil, o desenvolvimento das relações públicas comunitárias aparece com o objetivo de concentrar os seus esforços em prol de movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos que privilegiam as ações coletivas e de interesse público. Um dos seus principais desafios é buscar o engajamento consciente de todos os indivíduos envolvidos, levando em conta a subjetividade de cada um, as múltiplas relações e interações que se estabelecem entre eles sem perder de vista um objetivo comum. As especificidades dessas relações públicas se fundamentam em conceitos e princípios da comunicação comunitária, também denominada comunicação popular, participativa, horizontal ou alternativa, como explica Peruzzo (2009). Ou seja, a comunicação instrumentalizada, fragmentada e hierarquizada tão frequente nas empresas, dá lugar a uma comunicação mais democrática nas organizações comunitárias, desenvolvida "por grupos populares em comunidades, bairros, espaços *online*, entre outros, segundo seus interesses, suas necessidades e capacidades" (PERRUZZO, 2009, p. 418).

Essa modalidade de comunicação também apresenta desvios e contradições, motivados pelas divergências de interesses e questões valorativas dos integrantes desses processos, como esclarecem Peruzzo (2009) e Motta (1987). Motta enfatiza a ambiguidade dos conteúdos das mensagens dos meios de expressão popular, deixando claro que quase sempre o pensamento das classes populares está contaminado pela cultura dominante. Lembra ainda que os canais dessa comunicação frequentemente são efêmeros, pela sua utilização em enfrentamentos imediatos e provisórios, de tal

forma que cada situação pode exigir outros meios, dificultando a sua institucionalização. Mas o que implica de fato na abordagem do presente trabalho é que, na prática da comunicação comunitária há uma exigência de participação de um cidadão ativo, num contexto em que:

[...] qualquer membro da 'comunidade' tem o direito de atuar como sujeito do processo comunicativo e organizativo, de ser respeitado em suas limitações e de ajudar na criação de canais de comunicação, na definição de suas políticas de programação, na produção e difusão de conteúdos e na gestão de veículos (PERUZZO, 2009, p. 423-424).

A atuação nas relações públicas comunitárias requer muito mais do que mero domínio técnico para gerir os processos comunicativos de uma organização popular ou para planejar estrategicamente os relacionamentos com os seus públicos de interesse e produzir mensagens e canais de comunicação adequados em busca de integração, conforme as concepções mais tradicionais advindas do funcionalismo. Trata-se, antes de tudo, de um "reposicionamento" das relações públicas como aponta Margarida M. Krohling Kunsch (2009) em seu artigo "Planejamento e Gestão das Relações Públicas Comunitárias". Esse aspecto também se evidencia nas contribuições teóricas e práticas de pesquisadores brasileiros contidas na obra "Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora," organizada pela referida autora em parceria com Waldemar Luiz Kunsch. Na mesma direção, destacamos os estudos de Cíclia Maria Krohling Peruzzo (2009), que já em 1982, no

capítulo “Relações públicas na contramão,” propunha as relações públicas “alternativa ou comunitária”, além das contribuições de Regina Célia Escudero César, Ana Maria Eirôa da Fonseca, Eugênia da Silva Wendhausen, Maria Aparecida de Paula, Ana Luisa de Castro Almeida, Marcio Simeone Henriques, entre outros.

A trajetória dos estudos sobre as relações públicas comunitárias, elaborada por Waldemar L. Kunsch (2007) mostra como um novo paradigma para o setor teve início na década de 1980, comprometido com os interesses populares e com práticas que estimulam a participação ativa do cidadão. Nessa perspectiva é preciso considerar que o termo “relações públicas comunitárias” é utilizado em diferentes situações, como explica Peruzzo (2009, p. 427). Ela se refere:

- a) à “comunicação de empresas com as ‘comunidades’ de seu entorno ou com associações e/ou outros grupos/organizações do chamado terceiro setor”;
- b) à “comunicação de órgãos públicos com os mesmos segmentos sociais anteriormente referidos”;
- c) à “comunicação das próprias associações comunitárias, das ONGs e dos movimentos populares entre si, com a sociedade e com os públicos com os quais se relacionam”.

A constatação dessas diferentes abordagens é importante se considerarmos que as relações públicas no primeiro e segundo setores ainda repetem muito o modelo tradicional, com práticas assistencialistas, que não contribuem para a emancipação dos indivíduos, no sentido de que possam se organizar em defesa dos seus direitos, como preconizam as “autênticas” relações públicas comunitárias. Nas duas primeiras situações, a atuação das relações públicas favorece os programas de responsabilidade social das organizações, que exigem participação social, trabalho voluntário, programas de esclarecimento público, parcerias com organizações sem fins lucrativos, além de outras atividades rotineiras próprias da área, mas que

permanecem sob o controle das organizações. Daí acreditarmos que as relações públicas comunitárias acontecem mais plenamente em organizações comunitárias, como associações, movimentos populares e outras organizações sem finalidade de lucro, nas quais prevalece o interesse coletivo.

Princípios e atribuições das relações públicas comunitárias

Há um entendimento comum entre os estudiosos deste campo de ação de que as relações públicas comunitárias contribuem para a transformação social e política, em busca da igualdade e da justiça social, promovendo oportunidades para que um maior número de pessoas possa sair da condição de domínio em que se encontram, para uma condição de liberdade e cidadania. A opção se justifica diante de um cenário onde, apesar do avanço tecnológico e da crescente globalização de mercados:

[...] continuam visíveis e se aprofundam cada vez mais os contrastes entre países que gozam de uma situação invejável de bem-estar e outros em que milhões de pessoas sobrevivem em condições indignas, evidenciando-se um crescente desequilíbrio, tanto no meio ambiente quanto nas relações sociais e na subjetividade do indivíduo (PERUZZO, 2009, p. 422).

Neste aspecto, o estímulo ao diálogo, à participação e à cooperação é fundamental para promover as mudanças necessárias e permitir o debate entre os atores para as negociações e tomada de decisões coletivas. César (2007, p. 86), por exemplo, enfatiza a importância da interação face a face que, além de fortalecer os vínculos entre os sujeitos da comunicação, dá autoridade às deliberações conjuntas. Argumenta que o caráter dialógico e da copresença desse modo de comunicação, que partilha do mesmo espaço-tempo, favorece a participação ativa, “com base em uma comunicação estabelecida com os públicos de forma envolvente e dirigida, ou seja, com uma linguagem e recursos adequados para cada situação”.

¹ Capítulo V, do livro “Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista”.

As técnicas e o instrumental das relações públicas se tornam úteis nesse contexto desde que o seu uso esteja em conformidade com os compromissos e princípios das organizações comunitárias. Peruzzo (1993, p. 128) afirma tratar-se de uma opção política e metodológica, fundamentadas na democracia e na dialogicidade. Para a autora, as relações públicas comunitárias se relacionam com uma concepção de mundo e de homem que:

- a) acredita no homem, na sua potencialidade de construir uma sociedade justa e livre. b) Que enxerga a desigualdade social, as contradições de classes e quer o bem-estar, a plenitude dos direitos da cidadania assegurados para todos os seres humanos. c) Acredita nas possibilidades de mudanças. E na sociedade civil como gestora de mudanças e de nova hegemonia. d) Implica na interdisciplinaridade entre vários campos do conhecimento e da ação político-educativa. e) Que se realizem de modo orgânico ao interesse público e preferencialmente inseridas em experiências concretas e alicerçadas na metodologia de uma educação popular libertadora. f) Favoreça a ação coletiva, a autonomia, a partilha do poder de decisão, a corresponsabilidade [...].

O profissional das relações públicas comunitárias precisa, além de se preparar tecnicamente para exercer as suas atribuições, capacitar-se humana e politicamente para a atividade acompanhada da coletividade. Para Kunsch (2009), o profissional, muito mais do que um “transmissor de saberes”, passa a ser “um articulador e um incentivador”, que, preferencialmente deverá surgir no seio da própria comunidade, “um agente orgânico”, como ela explica. Isto não significa que uma formação acadêmica deva ser negligenciada. Ao contrário, exige-se conhecimento para usar com critério o seu saber profissional no trabalho com públicos constituídos por indivíduos com capacidade crítica; para promover o relacionamento entre as organizações, os seus públicos e a sociedade em geral; para

manejar com habilidade as tecnologias disponíveis, para atuar com outras áreas de conhecimento; para dar visibilidade à causa do movimento e posicioná-lo publicamente e conceber a comunicação como um meio para buscar soluções conjuntas e gerar ações coletivas com significados comuns.

Assim, a relevância da atividade das relações públicas comunitárias encontra-se na língua (gem), de tal forma que não é possível refletir sobre cooperação, realidade social, emancipação, sem investigar as práticas linguísticas dos indivíduos em cada comunidade e sem participar dos diferentes jogos linguísticos executados nas políticas do cotidiano.

Políticas do cotidiano

Todos sabem quem foi Aristóteles. Ou quase todos. Quando perguntamos a João Felipe (11 anos) se alguma vez ouvira falar do filósofo grego, a resposta não foi animadora: “quem”? Uma proposta para contar a história do grande estagirita² não foi bem recebida, pois a inflexão de sua voz deixou clara a recusa em ouvir o relato. Apesar da insistência, a conversa não prosperou. Posteriormente, ao buscar motivos para justificar este comportamento, começamos a pensar nas circunstâncias do diálogo e sobre o conhecimento compartilhado existente com os interlocutores e suas crenças. Apelamos para certas noções de Pragmática, especialmente a ideia de força ilocucionária (AUSTIN, 1990), e, de um modo um tanto óbvio, percebemos o entorno político³ dessas ações.

Aristóteles foi o primeiro a dizer que o “homem é um animal político” e o fato de as pessoas desconhecerem a autoria da célebre frase não os transforma em alienados ou exclui a política de seus atos. Tal ignorância, inclusive, é salutar se as novas gerações criarem outras metáforas para redescrever o seu presente e construir o seu futuro sem resvalar para as teses da imanência e da objetividade histórica. Isto é, se rejeitarem a ideia de um universalismo abstrato e de um relativismo mecânico, causal. Isto não

² Cidade onde nasceu Aristóteles.

³ O sentido semântico-pragmático de “Política” nesse trabalho terá o entorno de comportamentos (linguísticos e não linguísticos) valorativos que assumimos no cotidiano de nossas vidas e que nos posicionam diante de outros indivíduos em diferentes coordenadas espaciais e temporais.

é apologia para que a herança grega seja obliterada em nossa época; mas, é um apelo para que não seja considerada uma verdade absoluta. O fato é que com drama ou sem dracma⁴ Aristóteles sinaliza o início de um conceito, cujo rastro é infável; e o fez de forma tão eficiente que logrou obter para o gênero masculino a primazia do Ser.

É na vida cotidiana que a heterogeneidade e as hierarquias do mundo se manifestam nas singularidades das pessoas. Segundo Heller (2000, p.17) “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro” e ao nascer, já inserido em uma cotidianidade, terá que aprender a conviver com regras da interação social, em especial, as regras da polidez em virtude das funções reguladoras que os comportamentos polidos têm nas “negociações” entre as identidades individuais (OLIVEIRA, 1999, 2005, 2009). A etimologia reforça o argumento, pois em suas origens os termos “política”, “polícia” e “polidez” têm a mesma origem: *pólis*. Os gestos do corpo e da língua rompem com as asperezas (em seu duplo-sentido) e entronizam uma imagem espetacular que irá dar sentido às práticas de cada comunidade.

Necessariamente a vida cotidiana é plural, ou seja: individual e coletiva nos mesmos moldes da noção de face ou identidade; que sempre é alterada quando o indivíduo emprega correlações não habituais em sua dialética com o Outro, e com este gesto chega a uma resignificação de si próprio e leva o interlocutor a uma reflexivação a partir de atos conscientes e deliberados, portanto, políticos. É no plural cotidiano que as pessoas realizam as negociações, variações e adaptações aos dados objetivos da situação imediata e, na mesma proporção, aos dados psicológicos perceptíveis. Entenda-se sob o rótulo “psicológico” os elementos cognitivos e emotivos individuais. Os elementos emotivos são traduzíveis como disposições afetivas e de engajamento indispensáveis para a manutenção e continuidade das interações.

O modo como desejamos ser vistos em público, como nos portamos privadamente, como desejamos que a nossa comunidade seja ou se almejamos um desenho perfeito para o mundo é, com efeito, uma performance de corpo e língua e de tal maneira estes termos são inseparáveis que nunca saberemos onde realmente termina a linguagem e começa o corpo; ou onde começa a linguagem e

termina o corpo. O corpo não é apenas o “repositório” das vivências passadas e trânsito das expectativas futuras, mas o resultado fragmentado dos inúmeros papéis sociais que o indivíduo representa desde que um nome lhe é atribuído ao nascer. Essa nomeação, ato político de dar visibilidade à forma humana, torna-se a maior das armadilhas; pois ligada às interpretações passadas exige um monitoramento constante e que as vezes desliza para um “não lugar”, conceito defendido por Augé (1994).

É nesta perspectiva que as “políticas do cotidiano” ou os pequenos gestos insuspeitos das interações dão sentido ao mundo. Obviamente, as representações que encontramos nem sempre estão de acordo com os nossos desejos, pois o poder de nossas escolhas irá se chocar com outros costumes, ordens e caprichos. No entanto, isto não nos impede de escolher outras metáforas para sair do lugar de transitoriedade em que fomos colocados e nem nos impede de colaborar de forma contextualizada para dizer criativamente o mundo. Para que isto ocorra, efetivamente, é preciso evitar a ideia de homogeneização; mas isto não deve apontar para o sentido oposto, se é que existe algum, de que as diferenças constituem o resultado de uma hierarquização natural e, portanto, alguns “são melhores que os outros”. Somos diferentes por razões meramente históricas e a história aqui deve ser entendida como a construção dos destinos sob a responsabilidade coletiva, isto é: o que eu posso fazer com a minha vida é uma questão pessoal; o que eu devo fazer de minha vida é uma questão coletiva, pois o grupo a que pertencemos sentirá os efeitos da minha opção.

Pertencer a um grupo ou comunidade não é um fato obrigatório, observa Heller (2000, p. 76). Mas a ausência de referências coletivas descamba para um idealismo individualista onde não há relações em tempos e espaços definidos. Um rastro típico do século XXI com marcas indelévels na estrutura psicossomática dos sujeitos que, incapazes de dar sentido ao mundo, vagam solitários e amargurados pelos espaços de ninguém. Que políticas cotidianas são essas?

Que espécie de interesses carregam? Nietzsche (1979, p. 71) escreveu que em todo gênero da história é necessário ter em vista a separação da origem e da finalidade de alguma coisa. Tudo o que é criado no mundo é submetido às potências que as usarão

⁴ A dracma era a unidade monetária grega até a introdução do Euro em 2001.

de acordo com os seus propósitos específicos. Nada está livre de uma dominação que implica sucessiva interpretação e acomodamento das coisas a novos fins.

Embora existam muitos interesses impedindo a equação entre indivíduo e comunidade, há, igualmente, inúmeros motivos válidos que nos dizem ser mais útil desenvolver um comportamento ético de proximidade face a face que esteja conectado aos valores sociais, políticos e culturais das comunidades e que tal impulso possa fundar na totalidade semiótica vigente, dominante, uma realidade não ex(s)clusiva. Rorty (1994, p. 19) diz que o processo de se chegar a conseguir ver outros seres humanos como sendo “um de nós” e não como “eles” é uma questão de descrever pormenorizadamente como são as pessoas que não nos são familiares. Nesse aspecto, as pessoas que irão se dedicar às relações públicas comunitárias e lidar com as “políticas do cotidiano” devem ser nominalistas e historicistas e acreditar que a realidade é produzida por meio de representações que não são neutras ou apolíticas. Esses indivíduos deverão entender como os discursos funcionam para construir o mundo nas diferentes comunidades e de que forma a linguagem constrói identidades operantes nesses contextos.

Nas políticas do cotidiano, um aspecto básico que os profissionais das relações públicas comunitárias devem considerar é a dúvida permanente em relação aos vocabulários em uso, particularmente em torno de metáforas “totalizantes”, “transcendentais” e “utópicas” que remetem a situações descontextualizadas e cujos efeitos costumam ser causa de desapontamento e de um sentimento de fracasso para os membros da coletividade. Esses vocábulos são tributários de um discurso de poder que não é capaz de justificar e esclarecer os seus objetivos a partir de coordenadas locais e as palavras usadas, por exemplo, “emancipação”, “igualdade”, são meros clichês para serem usados em situações livremente intercambiáveis. Ao olhar de forma céptica para as escolhas linguísticas, o profissional das relações públicas irá assumir uma atitude crítica diante de posturas e valores inadequados na atualidade e buscar novas formas de politização para si e para o grupo em que estiver inserido.

“Quando eu escrevo, a coisa mais difícil, o que me causa mais angústia, principalmente no começo, é encontrar o tom correto” (DERRIDA apud BRUNETTE; WILLS, 1994, p. 21. Tradução nossa).

Neste momento da reflexão é relevante perguntar: qual é o “tom” correto para o profissional das relações públicas comunitárias? Existe um “tom” correto? A quem será direcionado? Que espécie de efeitos irá causar? Estas questões são angustiantes, pois constituem a dimensão política das ações e reações dos usos linguísticos no cotidiano e envolvem uma concepção de linguagem que não é meramente descritiva ou explicativa, mas crítica e performativa (BUTLER, 1997; MEY, 1985; PENNICOOK, 2001; RAJAGOPALAN, 2002).

Na visão performativa, sujeito e língua(gem) são inseparáveis e a análise de um ato de fala (ação) deve ser feita na totalidade da situação discursiva. Obviamente, uma delimitação desta “totalidade” é difícil e inclui o emprego de um vocabulário intencional, ou seja: do entendimento das crenças, medos, vontades, expectativas, sonhos, inveja, ódio, amor, enfim, de coisas que são vividas e constituídas na/pela linguagem em/na interação do Ser com a cultura, a história, os ritos e as cerimônias do cotidiano. Portanto, “saber onde se está” implica ir além de um simples contexto definido por coordenadas espaciais e temporais e fazer parte de uma “forma de vida”; algo que só pode ser definido quando elaboramos um roteiro em que nos inserimos entre os personagens e compartilhamos de seus costumes e gostos, tal qual o marinheiro Gulliver quando chega à Terra dos Houyhnhnm, que significa “cavalo”, e na sua etimologia “a perfeição da natureza” (SWIFT, 1984, p. 231). Gulliver aprende a língua dos equinos e com o tempo imitava tão bem os seus anfitriões que, não fosse a forma física, seria considerado um igual.

A aceitação do caráter performativo da linguagem impõe ao profissional das relações públicas um compromisso e um desafio para que as suas atividades tenham também uma força de inscrição na dimensão macro da vida, isto é: o planejamento de suas ações não deve ser superlocalizado e nem subteorizado nas relações locais sob o risco de relativizar os problemas e necessidades ambientais. Quando se emprega um conceito performativo de linguagem é preciso criar meios para relacionar o micro e o macro; pensar o local dentro do global a fim de criar diferentes esquemas de politização e resistência social. Esta perspectiva exigirá um entendimento histórico dos usos da linguagem e reforça

a ideia de uma *práxis* mestiça que deve apontar para a ‘problemática brasileira’ onde há “um grande distanciamento entre as elites e a massa urbana e rural, públicos cegos e surdos aos empregos das mídias convencionais” (BELTRÃO, 2004, p. 59).

Pensar que a mobilização comunitária se obtém apenas com a mudança do léxico em uso é um erro. No entanto, uma adesão da comunidade às propostas dos profissionais de relações públicas é necessariamente a adesão a determinado vocabulário intencional. Isto implica em considerar o modo pelo qual as pessoas irão se posicionar diante de forças ilocucionárias que em alguns momentos conferem poder e direitos e em outros momentos os privam dessas condições. O fato é que tornar prioritário a solução argumentativa para o embate na arena de valores que é a sociedade implica considerar como as pessoas estão “consumindo” os textos que permeiam a comunidade e como os textos significam o que querem dizer para aquele grupo. É preciso compreender como as crenças operam por meio dos textos e como os leitores/ouvintes se apropriam desses significados e os legitimam como prática social. O entendimento é crucial para o reconhecimento da historicidade individual e desvios coletivos; não para estabelecer um “paraíso do proletário”, mas para diminuir as diferenças e restabelecer a dignidade usurpada em nome de programas sociais paternalistas e atitudes afirmativas falaciosas e meramente assistencialistas feitas em nome de governos, ONGs, empresas ou entidades “pi-lantrópicas”.

Defoe (1982, p. 38) diz que Robison Crusóé, em uma de suas incursões pela ilha em que estava isolado há muitos anos, encontra uma pegada humana na areia da praia e isto o coloca em grande pânico. Solitário até aquele momento sabe que terá que lidar com outro vivente, que usa uma língua, que tem os seus rancores, temores e crenças. Robinson retorna para a sua casa e começa a construir fortificações e disfarces para não ser localizado. O desconhecido talvez não seja amigo. O texto de Defoe é um texto típico de uma época em que se iniciou a “construção” do individualismo, e Crusóé é o exemplo do indivíduo proprietário de si e de suas próprias capacidades, e que não deve nada à sociedade por esses atributos. Não há embate diante do relativismo total e por isto o profissional de relações públicas comunitária deve iniciar as suas políticas do cotidiano questionando as

próprias pressuposições, o planejamento estratégico que formulou e a concepção de linguagem que tem no momento da ação. É chegada a hora de se mover além dos debates inúteis e tomar decisões diante de questões como a pobreza, identidade, sexualidade, ética, desigualdade, e outras formas de discriminação social.

[...] Devemos ter cuidado para que os próprios termos e conceitos que usamos não estejam ao mesmo tempo sendo prejudiciais às próprias comunidades com que estamos trabalhando. Assim, ao mesmo tempo em que estamos preocupados com o inter-relacionamento entre diferença, domínio, disparidade e desejo, precisamos ser sensíveis à natureza contingente de nossas terminologias (PENNYCOOK, 2006, p. 71).

Sobre qual assunto estamos falando mesmo?

Os padres e pastores geralmente estão bem seguros do que é bom para os outros com bases em suas crenças: “[...] vende tudo o que tens, distribui aos pobres e terás um tesouro no céu” (Lc, 18,24). Os profissionais das relações públicas comunitárias também podem se posicionar como “missionários” de causas nobres, mas antes precisam refletir sobre a ética de que irão falar para não impor aos outros uma versão da realidade como sendo única e verdadeira.

Relações públicas populares, ou comunitárias, são aquelas comprometidas fundamentalmente com a transformação da sociedade e com a constituição da igualdade social. Elas têm a ver com uma concepção de mundo e com uma concepção de homem que: a) acredita no homem, na sua potencialidade de construir uma *sociedade justa e livre* [...] (PERUZZO, 1989, p. 5, grifo nosso).

Os indivíduos que trabalham para a construção de uma sociedade justa e livre devem ser os primeiros a entender que não haverá um espaço físico ou intelectual sem relações de poder, ideologia ou discurso. Em outras palavras, um mundo harmônico e com ausência de privações não irá se configurar após serem resolvidas as questões imediatas.

Nas teses do iluminismo europeu, os seres humanos construiriam um equilíbrio social sustentado pelos ideais da racionalidade. Algo que Habermas (1998) defende na atualidade, isto é, uma “razão comunicativa” em que as forças unificadas do discurso são orientadas para um entendimento universal. Obviamente, a utopia é necessária, mas neste momento é preciso pensar como os profissionais das relações públicas comunitárias, tendo como base o caráter performativo da linguagem, podem alterar a realidade social de uma comunidade sem reivindicar uma neutralidade política ou intelectual em suas atividades. Nem assumir uma postura diletante a partir de pressupostos relativistas e deterministas que invoca a ideia de que o poder está simplesmente relacionado aos grupos dominantes e que as desigualdades sociais têm origem exclusivamente em uma matriz econômica, ou seja, em uma infraestrutura determinantemente econômica e material responsável pelas crenças operantes em dado universo.

Não existe uma verdade objetiva para o profissional das relações públicas comunitárias fora do universo da cultura, do discurso e de uma prática política produtiva cujo objetivo é a “desconstrução” das metáforas que possuem um *status* ontológico pré-social. Neste aspecto, é relevante a observação feita por Peruzzo (1989, p. 6) ao comentar o caráter interdisciplinar das relações públicas: “Se observarmos bem, veremos que o real não se constitui fragmentariamente. É uma totalidade. Por vezes nós é que somos educados a ver e a trabalhar o real de forma fragmentária”.

Ao ingressarmos na atividade das relações públicas comunitárias estamos, simultaneamente, entrando em áreas tão diversas como a física ou a biologia, portanto, com fluidez e mudança. Estas metáforas não têm o mesmo sentido reivindicado por Bauman (2005, p. 8) de uma sucessão de reinícios quando ainda nem se chegou ao “início”, isto é, a vida líquida pós-moderna é uma preocupação constante para se conseguir acompanhar a rapidez dos acontecimentos em uma lógica onde o importante é a velocidade em que os produtos, serviços e até mesmo o conhecimento é descartado e “jogado no lixo”. O sinal de maturidade das atividades das relações públicas comunitárias está na velocidade em que novos métodos são agregados

ao seu instrumental e na capacidade de redefinição de seus profissionais diante de situações inusitadas e adversas. É por isso que entramos em um campo de atuação transdisciplinar:

o que significa atravessar (se necessário transgredindo) fronteiras disciplinares convencionais com o fim de desenvolver uma nova agenda de pesquisa que, enquanto livremente informada por uma ampla variedade de disciplinas, teimosamente procuraria não ser subalterna a nenhuma (RAJAGOPALAN, 2004, p. 410).

Sobre a performatividade das transgressões

Foi Austin (1990) quem introduziu definitivamente o conceito de performativo na discussão linguística e filosófica, e esta ideia resulta em uma severa crítica à falácia descritiva da linguagem e ao caráter apolítico das representações; assunto tão caro aos profissionais de todas as mídias. Uma definição do caráter performativo não pode ser feita objetivamente, pois a performatividade é intrínseca à própria linguagem e revela-se nos diversos comportamentos semiotizados que o indivíduo executa a fim de praticar uma ação/intervenção no mundo. Isto requer uma mudança de perspectiva acerca do uso da linguagem, pois nesta concepção o Sujeito está sempre “fazendo” alguma coisa e não apenas descrevendo a realidade, os acontecimentos à sua volta ou expressando um estado de coisas interior.

1. O que se deseja é um processo que determine a conquista da cidadania.⁵

- a) o falante X produziu uma sentença (locução) que reproduz os sons de um vocabulário e a articulação entre a sintaxe e a semântica com um sentido convencional;
- b) simultaneamente ao dizer há um ato de realização de uma ação por meio do enunciado (ilocução). Este fazer (ação/intervenção sobre/no mundo) constitui o caráter performativo do enunciado que se manifesta como condição a que

⁵ CÉSAR, 2007 “As RPs Frente ao Desenvolvimento Comunitário”.

estão sujeitos todos os atos convencionais e “[...] pela presença de um vivente, e de um vivente que fale uma única vez, em seu nome, na primeira pessoa” (DERRIDA, 2004, p. 38). A sentença (1), explicitamente é uma afirmação. No entanto, de forma “não explícita” há um performativo que pode ser interpretado de várias maneiras de acordo com as circunstâncias específicas da conversação inseridas em um macro contexto das interações. Por exemplo, (1) pode ser: uma promessa, uma advertência, um aviso, uma ameaça, um pedido, uma súplica;⁶ c) finalmente, há um ato que produz um efeito sobre o interlocutor (perlocução).

A noção de performatividade e transgressão são cruciais para o profissional das relações públicas comunitárias ultrapassar os limites do pensamento e da política tradicional, rompendo com práticas duradouras sem renegar a historicidade dos atos. Vamos nos apropriar da fala de Jervis (1999 apud PENNYCOOK, 2006, p. 74-75).

A transgressão é reflexiva, questionando o seu próprio papel e o da cultura que a definiu em sua alteridade. Não é simplesmente uma reversão, uma inversão mecânica de uma ordem existente a que se opõe. A transgressão, diferentemente da oposição ou da reversão, envolve hibridização, mistura de categorias e questionamentos dos limites que separam as categorias. Não é, em si, subversão; não é um desafio aberto e deliberado ao *status quo*. O que ela faz, contudo, é implicitamente interrogar a lei, apontando não só os específicos, e frequentemente arbitrários, mecanismos de poder no qual a lei se baseia – apesar das pretensões universalizantes – mas também sua cumplicidade, seu envolvimento naquilo que proíbe.

Proposta que reforça a hipótese de a linguagem ser o “instrumento” político e epistemológico para o profissional das relações públicas atuar em sociedade nos moldes do “agente orgânico” proposto por Peruzzo (2009). O agente é entendido neste trabalho como um Sujeito que, necessariamente, não é uma criação da própria coletividade em que atua; mas é capaz de agir em diversos contextos de forma ética, isto é, levando em conta os efeitos que estão sendo criados com o seu trabalho. Isso significa alguém que consegue se mover além das fronteiras e estabelecer novos vocabulários para as comunidades pensar, agir, e construir a realidade diferentemente.

Em Gramsci encontramos a ideia de que as diferentes classes sociais devem formar os seus próprios “intelectuais orgânicos” para exprimir as experiências e os sentimentos que as massas por si só não conseguem exprimir. Mas o conceito monolítico de classe social e a concepção de poder hegemônico exposto pelo filósofo italiano não refletem a dinâmica atual em que as relações de força são manifestas por outras potências, por exemplo, as questões referentes à sexualidade e identidades sexuais (BENSON, 2000; EVANS, 2002; GRACE, 1997; NELSON, 2004; TALBURT, 2000). Além disso, a ideia de conflito de classe permanente pode representar formas de poder, mas não demonstrar de fato como esse poder é “construído” nas relações agonísticas. O nosso argumento é de que o profissional das relações públicas comunitárias não precisa ser oriundo de uma “classe específica” ou ser membro da própria comunidade em que irá atuar, pois a performatividade e a transgressão significam o rompimento e o questionamento dos limites de categorias (inclusive a ideia de classe social) e envolve a hibridização.

A hibridização é algo consumado em nosso país e o “jeitinho brasileiro” a sua manifestação. Conforme Barbosa (1992, p. 28) a peculiaridade do “jeitinho” está no fato de constituir uma categoria social nativa legitimada historicamente e consolidada nos hábitos da população. O “jeitinho” possui uma

⁶ Os usos linguísticos não são constatações da realidade, mas refrações de diferentes axiologias que permeiam o material semiótico e criam a ilusão de que o falante está “representando”, de forma neutra, alguma coisa da realidade exterior ou de estados internos; quando, de fato, está “construindo” sentidos e agindo intencionalmente em/no universo social. O conceito de “refração” é de Bakhtin mas colocamos “sob suspeita” (*under erasure*, DERRIDA, 1973) certas apropriações das ideias do teórico russo no tocante à comunicação dialógica em que visualizamos um entorno que Reddy (1979) chamou de “*conduit metaphor*”.

funcionalidade pragmática que vai além do “levar vantagem em tudo” (Lei de Gerson) e representa um entorno singular para a identidade individual tupiniquim impelindo-o a resignificar discursos e práticas para buscar a cooperação na miscigenação. Em outras palavras, é no Brasil que encontramos as manifestações de cordialidade (HOLANDA, 1956), que nós chamamos de polidez, convergindo de forma espontânea para as relações interpessoais e para o trabalho em comum de uma forma não observada em outros lugares.

Enfim, sejamos pragmáticos para perceber que é uma concepção de linguagem performativa e transgressiva (paradoxalmente cúmplice) que garantirá às pessoas que trabalham com as relações públicas comunitárias um suporte para obter a cooperação nos diversos ambientes. Uma política para os performativos deve ser estabelecida a fim de que as pessoas envolvidas nesses processos “percebam” que é possível trabalhar de forma cooperativa sem cair em um discurso piegas ou que usa metáforas grandiosas como emancipação, fraternidade, liberdade e igualdade.⁷ O trabalho em conjunto deve ser contextualizado a fim de que os interesses divergentes sejam avaliados criteriosamente e incorporados na formulação de metodologias e estratégias. O consenso é desejável, mas nem Jesus Cristo conseguiu unanimidade!

Referências

- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- BELTRÃO, L. **Folkcomunicação**: teoria e metodologia. São Paulo: UESP, 2004.
- BENSON, S. The body, health and eating disorders. In: JAYNES, L.; WOODWARD, K. **Culture, media and identity**. Newbury Park: Sage, 1997. p. 122-166.
- BRUNETTE, P.; WILLS, D. **Deconstruction and visual arts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BUTLER, J. **Excitable speech**. London: Routledge, 1997.
- CÉSAR, R. C. Escudero. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Org.). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 78-91.
- CÉSAR, R. C. Escudero. **As RPS frente ao desenvolvimento comunitário**. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/~simeone>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- COSTA, M. L. **Lévinas**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DEFOE, D. **Robinson Crusoé**. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DERRIDA, J. **Papel-Máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- EVANS, J. Caution caregivers: gender stereotypes and the sexuality of Men. **Journal of Advancing Nursing**, London, v. 40, n. 4, p. 441-448, 2002.
- GRACE, V. Reading the silent body: women, doctors and pelvic pain. In: De RAS, M.; GRACE, V. **Bodily boundaries, sexualised genders and medical discourses**. New Zealand: Dunmore, 1997. p. 85-98.
- HABERMAS, J. **On the pragmatics of communication**. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- KUNSCH, M. M. K. Planejamento e gestão das relações públicas. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Relações públicas**: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 293-309.

⁷ *Fraternité, Egalité et Liberté* lema da Revolução Francesa e da maçonaria. Os imigrantes muçulmanos e seus descendentes residindo na França não estão sujeitos a essas metáforas!

- KUNSCH, W. L. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L. (Org.). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/gt5/gt5_kunsch.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- MEY, J. **Whose language? A study in linguistic pragmatics**. London: Benjamins, 1985.
- MOTTA, L. G. Brasil: alternativa popular: comunicação e movimentos sociais. In: GRINBERG, M. S. (Org.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 37-50.
- NELSON, C. Beyond straight grammar: using lesbian/gay themes to explore cultural meanings. In: NORTON, B.; PAVLENKO, A. (Org.). **Gender and english language learners**. Alexandria: TESOL Publications, 2004. p. 15-28.
- NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.
- OLIVEIRA, J. A. **As dimensões pragmáticas da cooperação jornalística**. 1999. 197 f. Tese (Doutorado Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da USP, São Paulo, 1999.
- OLIVEIRA, J. A. **Polidez e identidade**. A virtude do simulacro, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-jair-polidez-identidade.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- OLIVEIRA, J. A. **Impoliteness: transgressão e construção identitária**, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-impoliteness-oliveira.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- PENNYCOOK, A. **Critical applied linguistics**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.
- PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 68-83.
- PERUZZO, C. M. K. Relações públicas nos movimentos sociais e nas “comunidades”: princípios, estratégias e atividades. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2008/gt5_krohling.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.
- PERUZZO, C. M. Krohling. Relações Públicas, movimentos populares e transformação social. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 125-133, 1993.
- PERUZZO, C. M. K. **Relações públicas nos movimentos populares**. Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, n. 60, p. 107-112, 1989.
- RAJAGOPALAN, K. Por uma pragmática voltada à prática lingüística. In: ZANDWAIS, A. (Org.). **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra, 2002. p. 22-35.
- REDDY, M. J. The conduit metaphor. In: REDDY, M. J. **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 164-201.
- RORTY, R. **Ironia, contingência e solidariedade**. Lisboa: Presença, 1994.
- SWIFT, J. **As viagens de Guliver**. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.
- TALBURT, S. **Subject to identity: knowledge, sexuality, and academic practices**. Albany: State University of New York, 2000.

Recebido: 27/05/2011

Received: 05/27/2011

Aprovado: 15/10/2011

Approved: 10/15/2011